



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM O ALUNO DOWN

ANA PAULA LOPES MACIEL; KASSIA MONIQUE DA SILVA PONTES

RESUMO

Este estudo analisou através de uma pesquisa bibliográfica, as intervenções psicopedagógicas com alunos síndromes de down. Partindo do contexto histórico, sua organização metodológica, referências na educação inclusiva no Brasil. Metodologicamente, este estudo se caracteriza como qualitativo e exploratório. Como resultado observamos que, as intervenções psicopedagógicas são de grande valia, quando aplicadas corretamente naquilo que se busca fortalecer.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Síndrome de down; Intervenções pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo vem abordar como o aluno com Síndrome de Down e seu respectivo ensino no contexto educacional regular, analisando como as intervenções psicopedagógicas são de extrema importância não só para o professor, quanto para o aluno.

A relação das pessoas com a Síndrome de Down no contexto da escola inclusiva é um fator imprescindível para sua integração e socialização, são estas relações que lhe proporcionarão autonomia e lhe darão o suporte para a convivência social. Porém, muitos profissionais da educação não sabem como lidar com a Síndrome de Down, pelo fato deles terem algumas características físicas e biológicas que os diferenciam dos demais alunos.

A intervenção pedagógica é uma interferência que um profissional, tanto educador quanto psicopedagogo, faz sobre o processo de desenvolvimento ou aprendizagem do sujeito, o qual no momento apresenta problemas de aprendizagem, entende-se que na intervenção o procedimento adotado interfere no processo, com o objetivo de compreendê-lo, explicá-lo ou corrigi-lo. É preciso introduzir novos elementos para que o sujeito, pense, elabore de uma forma diferenciada, quebrando padrões anteriores de relacionamento com o mundo das pessoas e das ideias.

Seguindo este pensamento, revelar as intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas com um aluno down é intervir pedagogicamente para que este de fato tenha a ideia de que irá resolver, por exemplo, não somente alguma atividade ou exercício para o educando, mas sim, colaborar para que o aluno, repense e reflita sobre aquilo que se está fazendo ou foi proposto ao mesmo.

São diversos os materiais que podem ser utilizados para fazer essas interferências pedagógicas, podendo ser uma simples demonstração de exemplos fora do contexto do pensamento do aluno, para assim fazê-lo refletir. Dentre os materiais a serem utilizados para

algumas possíveis intervenções pedagógicas com alunos de deficiência intelectual, dentro e fora de sala de aula, os jogos pedagógicos, eles trazem um certo prazer e uma quebra de rotina, é de fácil entendimento para que os alunos evoluam através da ludicidade

Com base nessa questão o objetivo geral do trabalho está em analisar as fases das intervenções pedagógicas sendo enumeradas e realizadas, de acordo com as avaliações periodicamente realizadas em sala de aula com seus alunos, assim é possível analisar os resultados junto com o pedagogo ou com a equipe pedagógica da escola, para que o processo seja feito de forma específica e científica, através das dificuldades que foram encontradas com os alunos, montar um planejamento e seguir com as estratégias novas, não deixando de mostrar novos elementos, para assim ter um fácil entendimento e compreensão desses alunos que apresentam a síndrome de down.

As intervenções devem ser cuidadosamente elaboradas para cada aluno, observando e respeitando as suas dificuldades. Hoje, existem inúmeros materiais que podem ser utilizados para desencadear uma discussão pedagógica. As práticas pedagógicas são instrumentos que podem ajudar as escolas e professores que querem ajudar e auxiliar seus alunos para abordar seus diversos conteúdos sejam eles específicos ou não.

O motivo, relevância e escolha do tema é através de um estudo bibliográfico realizado para alunos com síndrome de down, visando melhorar seus aprendizados, dentro e fora da sala de aula. Considerando que o trabalho possa contribuir com a formação acadêmica, partindo desse ponto, intenciona-se apresentar uma temática relevante para as práticas pedagógicas de outros profissionais

O método de investigação abordado na pesquisa será a revisão bibliográfica, com destaque para as temáticas como inclusão escolar, as intervenções pedagógicas desenvolvidas ao aluno com deficiência. Dos instrumentos metodológicos a primeira etapa para realização do trabalho foi a partir da análise bibliográfica sobre quais são essas práticas pedagógicas inclusivas (as metodologias), quais os melhores instrumentos de facilitação e a didatização. A segunda etapa do trabalho focalizou-se no levantamento de dados secundários como documentos de instituições públicas referentes à análise das políticas de inclusão pedagógicas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Em se tratando de pesquisas com SD, são apresentadas no estudo de Comin (2013) um levantamento de teses e dissertações entre os anos de 2001 e 2011 utilizando o descritor “Síndrome de Down”. A pesquisa mostra que nesse período foram desenvolvidos 436 trabalhos com essa temática.

Dentre esse universo 106 são da área de humanas. O restante distribui-se entre biológicas, exatas e áreas indefinidas com maior número de trabalhos. No mesmo estudo a pesquisadora realizou um levantamento de artigos nacionais e internacionais. As bases de dados pesquisadas foram Scielo, Portal Capes e Google Acadêmico.

Dentre os artigos nacionais foram encontrados 145 artigos no Scielo e 4575 no Google Acadêmico. A pesquisa na base de dados internacional apresentou 73 artigos no portal Capes e 16723 no Google Acadêmico. Na área de humanas apenas seis artigos nacionais e cinco internacionais

Durante anos, muitos países passaram por muitas transformações quanto às suas políticas públicas voltadas à educação inclusiva. No Brasil, uma das principais mudanças veio decorrente da publicação na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, feita pela Organização das Nações Unidas – ONU em 2006. Diante deste documento, o Ministério da Educação (MEC), lançou a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, no qual o seu principal objetivo foi estabelecer diretrizes curriculares para criações de políticas públicas e práticas educativas voltadas para a educação inclusiva. Sua principal contribuição

foi a reformulação do papel da educação especial, por meio do serviço prestado pelo AEE – Atendimento Educacional Especializado.

Sabe-se que desde os tempos do Brasil Colonial, a educação de pessoas com algum tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem não recebeu nenhum tipo de apoio ou atenção especial para a sua educação. Diante da linha do tempo que iremos traçar, para entender melhor a sua evolução, podemos destacar que o ponto de partida foi o ano de 1988, quando promulgada a Constituição Federal, chamada também popularmente como “Constituição Cidadã”, o foco do documento foi garantir direitos a grupos sociais, ainda naquela época, marginalizados pela sociedade, principalmente as pessoas com deficiência, pois para a sociedade elas não tinham serventia e sim somente custos, como os seus tratamentos médicos, objetos específicos para andar e etc.

Aqui, iremos apresentar de forma resumida as principais leis, diretrizes e programas que amparam a educação especial. De acordo com a legislação federal de 1988 no artigo 205, define a educação como direito de todos que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1999, o decreto de nº 3.298 dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. A resolução da Câmara de educação básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) nº 4: constitui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Também aborda, no artigo 16, a organização do sistema nacional de certificação profissional baseado em competências (BRASIL, 1999).

Durante os anos 2000, mais especificamente em 2001 institui as resoluções das diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

No mesmo ano, mais precisamente no dia 08/05/2001 o parecer CNE/CP nº 9; institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior. Estabelece que a educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 JOGOS EDUCATIVOS

A ludicidade presente em alguns jogos proporciona um exercício cognitivo e afetivo nas crianças estimulando sua imaginação para buscar soluções para as situações apresentadas sendo assim os jogos ganham grande destaque por estimularem a inteligência e desenvolverem a criatividade se apresentando como uma ferramenta pedagógica eficaz para auxiliar o aprendizado de pessoas com alguma deficiência.

Portanto, os jogos computacionais podem ser considerados uma alternativa legítima para atender as necessidades que envolvam o aprendizado. Mais especificamente, para pessoas com necessidades especiais, o apelo atrativo que permeia a utilização destas ferramentas através de um ambiente lúdico representa mais um fator que contribui ainda mais para sua utilização.



Imagem 1 – Atividade de jogos educativos Fonte: Gazeta do Povo, 2017.

Com o passar dos anos as inovações tecnológicas de recursos educativos digitais aumentaram de forma significativa gerando discursos relevantes sobre variadas perspectivas quanto a grande possibilidade do uso de objeto de aprendizagem. Os objetos de aprendizagem (OA) são definidos como qualquer entidade, digital ou não digital, que pode ser utilizada, reutilizada ou referenciada durante o aprendizado suportado por tecnologias.

Apesar de se mostrarem como excelentes ferramentas pedagógicas, o uso dos jogos virtuais nas escolas nem sempre é possível, pois muitas escolas não contam com recursos necessários como por exemplo uma sala de informática, sendo assim precisam utilizar outros recursos para auxiliar na aprendizagem.

Le Boulch (1988) (p.30), lembra que as dificuldades de aprendizagem podem situar-se mais no plano afetivo ou no plano funcional, “Esta análise sucinta põe em evidência o fato de que a aprendizagem escolar definida como conteúdo é inseparável das condições das relações dentro das quais ela é exercida.”

3.2 ATIVIDADE DE EMPILHA COPOS

As brincadeiras possuem objetivos não só de uma simples diversão, o jogo de empilhar copos vai muito além de uma mera diversão, um dos seus objetivos principais está em estimular e/ou desenvolver habilidades cognitivas como a coordenação motora, lateralidade, agilidade e a concentração além de melhorar significativamente a coordenação motora fina, já que se precisa fazer movimento leves para que os copos não caiam.

Foi verificado que, na perspectiva da coordenação fina, há a presença do uso de músculos pequenos como as das mãos e dos pés. Assim, é realizado pelas crianças, movimentos precisos e delicados, como desenhar, pintar e manusear pequenos objetos, desenvolvendo habilidades que a acompanharão por toda a vida.

Qualquer criança aprende mais facilmente interagindo com o lúdico, para Vygotsky (1987), a aprendizagem e o desenvolvimento estão estritamente relacionados, sendo que as crianças se inter-relacionam com o meio objeto e social, internalizando o conhecimento advindo

de um processo de construção. Os campos de experiências a serem trabalhados são, corpo, gestos e movimentos, espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

As brincadeiras possuem os objetivos de socialização e interação com o meio. É o meio delas, que as crianças expõem sua criatividade, habilidade e imaginação. Desde a infância, esses aspectos são estimulados para promover a evolução durante toda a vida.

É importante ressaltar que as habilidades nestas atividades trabalhadas na BNCC, são o reconhecimento de uma sequência numérica ou figurativa e expressá-la usando escrita ou uma representação simbólica. Investigar o padrão de uma sequência, por meio de um jogo, e expressar a regularidade observada, verbalmente e por escrito, utilizando escrita não algébrica, na identificação de um termo qualquer da sequência.



Imagem 2 – Atividade empilhamento de copos Fonte: Limerique, 2018.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que o intuito deste estudo, foi pesquisar a importância das intervenções psicopedagógicas e as práticas interventivas, pois é de grande satisfação para um aluno com síndrome de down, vivenciar essas devidas práticas já que para serem desenvolvidas com crianças com síndrome de down na educação, precisam ser elaboradas de acordo com cada necessidade voltada aquele aluno, durante nossas pesquisas foram encontrados artigos e documentos que estão voltados principalmente somente para a área clínica.

O estudo buscou trabalhar com o aluno com Síndrome de Down e as intervenções psicopedagógicas que contribuem para o seu desenvolvimento de aprendizagem, cognitivo e psicomotor. Por meio de um profissional, sendo ele educador ou psicopedagogo, proporcionando um aprendizado que lhe traga benefícios positivos e inclusivo no seu contexto escolar e social.

A Síndrome de Down, assim como outras necessidades especiais, torna-se tema mobilizador na escola de hoje pela extensão e complexidade de seus sinais por envolver

profissionais de diferentes formações, na compreensão e intervenção no desenvolvimento dessas crianças. A simultaneidade da intervenção profissional direta com a criança deve ser analisada e discutida em sua necessidade e proporção.

Ao longo do seu desenvolvimento a criança tem necessidades distintas e os ajustes que fazem parte da síndrome, por isso a cooperação e a troca de informações multidisciplinares só beneficiarão o desenvolvimento desse indivíduo. Lidar com crianças com Síndrome de Down é permitir-se conhecer seus contextos pessoais e familiares, oferecer ao profissional um esboço da abrangência da linguagem. Logo, ele precisa entender e especialmente ver a necessidade de cada criança ao se defrontar com essa síndrome.

As intervenções aqui abordadas neste estudo foram a presença de jogos educativos nas intervenções dentro e fora da sala de aula, vem demonstrar que, o cognitivo pode ser trabalhado de forma significativa, já que o mesmo tem o intuito de focar, nas habilidades que são desenvolvidas no cérebro. Sendo assim, um excelente estimulador de habilidades.

Apresentamos aqui também, as atividades de empilha copos e encaixe de argolas, que são atividades prazerosas e simples, mas que possibilitam um grande envolvimento com o meio no qual está inserido esse jogo, proporcionando estratégias que podem ser definidas de acordo com tempo de jogo

Cada criança possui sua forma e seu tempo de aprendizagem, através das 2 intervenções propostas neste estudo. Percebeu-se que certas instituições escolares não têm profissionais que saibam se quer lidar com aquele aluno, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem, porque é permitida por lei a inclusão de crianças com dificuldades e segundo Alves (2007), incluir não é só colocar crianças na sala de aula, é fazer o outro se sentir incluído, é saber valer seus direitos cumpridos, seus deveres. É olhar detalhes, possibilitar, juntar-se a outros.

Portanto, precisamos de profissionais qualificados, familiares dispostos a dar suporte necessário não só ao aluno, mas também a equipe escolar, pois a sua estimulação se dá pela grande necessidade de cada criança vivenciar experiências permitindo seu desenvolvimento, respeitando suas limitações e explorando suas habilidades.

REFERÊNCIAS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado dia 22 de setembro de 2022, às 09:41

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm acessado dia 22 de setembro de 2022, às 10:33

ALVES, Fátima. Para entender Síndrome de Down. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007.

ANUNCIAÇÃO, Livia Maria Ribeiro Leme; COSTA, Maria Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. Educação infantil e práticas pedagógicas para o aluno com Síndrome de Down: O enfoque no desenvolvimento motor. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 21, p. 229-244, 2015.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 22 de setembro de 2022.

Le Boulch, J. (1988). Educação psicomotora - a psicocinética na idade escolar". Porto Alegre, Artes Médicas

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.